MUNICÍPIO DE LOULÉ
Assembleia Municipal
Código Postal 8104-001

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

Ata N.º 1/2014
Sessão ordinária de 21 de Fevereiro

Aos vinte e um dias do mês de Fevereiro de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas e trinta e cinco minutos, no Edifício Eng.º Duarte Pacheco, em Loulé, deu-se início à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo sexto do Regimento, presidida pelo senhor Presidente da Assembleia, Adriano Lopes Gomes Pimpão, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos: ----------
---
----------**Lista de Presenças**:----------
---
18 Deputados Municipais do PS – Adriano Lopes Gomes Pimpão (Presidente da Assembleia), Maria Helena Serafim Guerreiro Brito Baptista, João Luis Calçada Correia, Carlos Manuel Pontes Costa, Hermes Luis de Brito Alberto, Heloísa Bárbara Madeira e Madeira (1ª secretária), Ricardo Jorge Lopes Tomás, Vítor Cristiano da Piedade Ferreira, Luis Miguel Bernardo Cristóvão Mealha, Orlando Manuel Guerreiro Baptista, Rosana Corga Fernandes Durão (em substituição do deputado Victor Guerreiro Faria que apresentou ao Presidente da Assembleia Municipal a sua renúncia ao mandato), Fernando Pereira Marques (em substituição da deputada Maria de Fátima Catarina Coelho que apresentou ao Presidente da Assembleia Municipal a sua renúncia ao mandato), Lúcia Alexandra Pires Palma (em substituição do deputado Fernando Domingos dos Santos), Miguel Ângelo Pinguinha da Piedade (em substituição da deputada Rebeca Porto Martins), Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), José Fernando Florinda Carrusca (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S.Clemente) ; ----------
---
15 Deputados Municipais do PSD – Manuela Maria Palma Nobre Semedo Tenazinha, Adérito Custódio Cavaco, Gilberto José Carapeto de Sousa, Ricardo Manuel Casanova Lampreia, Paula Alexandra Palma Martins Moura

(2ª secretária), Fábio Manuel da Silva Bota, Felizardo Emanuel Martins Pinto, Analídio Correia da Ponte, Maria José Botelho da Palma Bento Vasques (em substituição da deputada Maria Graciete Baião Botelho Freitas), Duarte José de Sousa Duarte (em substituição da deputada Irina Alexandra Mendes Martins), Silvia Maria Luis Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), Rui de Sousa Mogo (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Deodato Martins João (Presidente da Junta de Freguesia de Salir), Helder Faísca Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de S.Sebastião), Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim); ----------

1 Deputado Municipal do BE – Carlos José da Silva Martins;----------

1 Deputado Municipal da CDU – Carla Sofia Osório Gomes;----------

Apresentaram renúncia de mandato:----------

Os deputados municipais do PS, Victor Guerreiro Faria e Maria de Fátima Catarina Coelho. ----------

Apresentaram pedido de suspensão de mandato:----------

Os deputados municipais do PS, Fernando Domingos dos Santos e Rebeca Porto Martins, que foram substituídos respectivamente por Lucia Alexandra Pires Palma e Miguel Ângelo Pinguinha da Piedade;----------

E os deputados municipais do PSD, Maria Graciete Baião Botelho Freitas e Irina Alexandra Mendes Martins, que foram substituídos respectivamente por Maria José Botelho da Palma Bento Vasques e Duarte José de Sousa Duarte.----------

O deputado Abílio Vargas Sousa (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial) comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 29.º, n.º 3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, José Fernando Florinda Carrusca.----------

----------Ordem de Trabalhos----------

1- Intervenção do Público; **----------**

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

2- Aprovação de Atas;----------

3- Informação sobre expediente recebido;----------

4- Período de Antes da Ordem do Dia;----------

5- Moções;----------

6- Período da Ordem do Dia:----------

a)- Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da **actividade municipal**, e da **situação financeira do município**, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro;------

b)- **Proposta 01/2014 -** Apreciação da Informação de Monitorização e Acompanhamento do PAEL – Ano 2013;----------

c)- **Proposta 02/2014** - Deliberação relativa à Proposta de Autorização da Prorrogação do Prazo para a finalização do Procedimento Concursal n.º 1/2013;---------

d) - **Proposta 03/2014** - Nomeação de 20 cidadãos para o Conselho Municipal de Segurança, nos termos da Lei n.º33/98 de 18 de Junho, conforme solicitação da Câmara Municipal de Loulé dirigida a esta Assembleia Municipal**;----------**

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o senhor **Presidente da Assembleia, Adriano Lopes Gomes Pimpão**, deu início à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, começando por dar conhecimento das renúncias de mandato dos deputados Victor Guerreiro Faria e Maria de Fátima Catarina Coelho. Foi dado conhecimento das suspensões de mandato verificadas para esta sessão por parte dos deputados, Fernando Domingos dos Santos e Rebeca Porto Martins, da Bancada do PS, substituídos respectivamente por Lúcia Alexandra Pires Palma e Miguel Ângelo Pinguinha da Piedade; e dos deputados Maria Graciete Baião Botelho Freitas e Irina Alexandra Mendes Martins, da Bancada do PSD, que foram substituídos respectivamente por Maria José Botelho da Palma Bento Vasques e Duarte José de Sousa Duarte; bem como da comunicação de impedimento do deputado Abílio Sousa (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), que designou como seu substituto legal para a presente sessão da Assembleia Municipal, José Fernando Florinda

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

Carrusca;.----------

Em seguida entrou-se no primeiro ponto da OT, **Período de Intervenção do Público**: ----------
---

1- Intervenção do Público;----------

Neste período foi dada a palavra à **munícipe Maria Helena Baião,** que iniciou a sua intervenção dirigindo dois pedidos de esclarecimento, um deles dirigido ao senhor Presidente da Câmara, para saber dos trabalhos que têm sido desenvolvidos pela comissão da organizadora das comemorações dos 40 anos do 25 de Abril, no concelho de Loulé; e outro para fazer uma denúncia enquanto cidadã, devido ao facto de ter sido lançada uma página no facebook intitulada "Comissão para as celebrações populares do 25 de Abril em Quarteira", e que enquanto membro da Associação 25 de Abril e como tem um grau de exigência relativamente grande, resolveu saber quem eram os autores da página, e descobriu que eram militantes do PS. E considera que a página que se apoderou das comemorações populares do 25 de Abril intitulando-se "Comissão de organização das celebrações populares do 25 de Abril em Quarteira", e que a mesma deveria de incorporar representantes de todas as outras forças políticas que sempre estiveram representadas e estão presentes na Comissão das organizações populares das celebrações do 25 de Abril, há mais de 39 anos. Mais referiu que deixa esta denúncia e este pedido como um apontamento de pluralidade, enquanto cidadã e membro da Associação 25 de Abril.----------
---

Em seguida foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara**, para responder às questões levantadas pela Dra. Helena Baião, tendo o mesmo referido que relativamente às comemorações do 25 de Abril, e por se tratar do 40.º aniversário da data libertadora, foi deliberado em reunião de Câmara encarregar uma comissão presidida pelo Dr. Carlos Albino, protagonista desses acontecimentos, organizar e estabelecer um programa que está a ser desenvolvido; sendo que existe uma preocupação de envolver as populações mais novas nas comemorações, sensibilizando-as para o significado da revolução do 25 de Abril. Mais referiu que o programa previsto no âmbito das comemorações dos 40 anos do 25 de Abril no

concelho de Loulé, contará com a presença de pessoas que estiveram na 1ª linha, como atores, no desenrolar do 25 de Abril, nomeadamente Otelo Saraiva de Carvalho, o General Vasco Lourenço e o Comandante Martins Guerreiro, 3 figuras proeminentes do movimento militar do MFA. Ainda no âmbito destas comemorações virão igualmente a Loulé os ex-Presidentes da República, General Ramalho Eanes, Dr. Mário Soares e Dr. Jorge Sampaio, e ainda o Reitor da Universidade do Algarve e Reitor do INUAF, prof. Melo Sampaio.----------

Informou ainda que irá estar patente uma exposição no Convento de Santo António alusiva ao 25 de Abril com documentos do MFA, e com documentação do Centro de Documentação da Revolução do 25 de Abril;-----

Frisando que que irá ser realizado um esforço para mobilizar a população escolar para os eventos que irão ter lugar no decorrer das comemorações dos 40 anos do 25 de Abril no concelho de Loulé; sendo que é preocupação do executivo promover umas comemorações dignas de uma data fundamental, onde os valores máximos são a Liberdade, a Igualdade e a Solidariedade.----------

---

Voltando a pedir a palavra a senhora **munícipe Helena Baião**, referiu que tinha feito a denúncia de uma página no facebook que se apoderou de um movimento que existe há 39 anos, chamado "As Comissões populares de celebração do 25 de Abril", do qual faz parte e o que denuncia aqui é que os únicos administradores da página sejam 2 membros militantes do PS.--------

---

Não havendo mais intervenções do público, passou-se ao seguinte ponto da ordem de trabalhos ----------

---

2- Aprovação de Atas;----------

Foi colocada à discussão a Ata n.º 5/13 de 20 de Dezembro; e não havendo intervenções sobre esta matéria, e sem mais formalismos, foi mesma colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria, com 32 votos a favor e 2 abstenções. ----------

---

Dando-se continuidade aos trabalhos, entrou-se no seguinte ponto da ordem

de Trabalhos, ----------

3- Informação sobre expediente recebido;----------

O senhor **Presidente da Assembleia**, deu conhecimento da recepção de uma carta da Associação 25 de Abril, divulgando as iniciativas desta associação das comemorações do 40º aniversário; e da recepção de uma comunicação do grupo Parlamentar os Verdes sobre o Ministério das Finanças, relativo ao encerramento das Finanças no Distrito de Faro.----------
E ainda da recepção de informação da ASCA sobre a Universidade Sénior Internacional de Almancil.----------
---

Entrando de imediato no seguinte ponto da Ordem de Trabalhos,----------
---

4- Período de Antes da Ordem do Dia:----------

Foi dada a palavra à senhora **deputada Carla Gomes (CDU)**, para apresentar uma proposta relativa às comemorações do 25 de Abril; passando à leitura da mesma:----------

----------Proposta----------

"É do conhecimento público que, a Câmara Municipal de Loulé deliberou formar uma comissão, envolvendo associações, escolas e outros cidadãos, para as comemorações do 25 de Abril. Nada contra temos a opor, mas consideramos que os órgãos autárquicos do município, nomeadamente a Assembleia Municipal, devem ter na comemoração do 40º aniversário do 25 de Abril um papel preponderante, de acordo com o seu estatuto de Órgãos nascidos de Abril.----------
Nesse enquadramento propomos:----------

1- *Que se considere marcar uma reunião da comissão empossada, com a presença e participação de um representante de cada grupo de representantes municipais com assento na Assembleia Municipal, representante da Câmara Municipal e representantes das Freguesias do Concelho.----------*
2- *Que para além da participação destes Órgãos Autárquicos na elaboração do programa das comemorações do 40º aniversário do 25 de Abril, se incluísse no programa a realização de uma sessão solene a*

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

realizar pela Assembleia Municipal, onde interviessem todos os representantes das forças políticas com assento na Assembleia Municipal, o presidente da Assembleia Municipal, o presidente da Câmara Municipal e um representante da Associação 25 de Abril, militar de Abril.----------

Loulé, 21 de Fevereiro de 2014----------

A eleita da CDU ----------

Carla Gomes"----------

Tendo de seguida sido dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara Municipal**, o mesmo declarou que concorda com a proposta apresentada pela CDU.----------

---

Pediu a palavra o senhor **deputado Fábio Bota (PSD),** para dar conhecimento da realização da 1ª reunião do Conselho Municipal de Juventude e felicitar a Câmara por continuar a apostar no concelho para a juventude.----------

---

De seguida interveio o senhor **deputado Gilberto de Sousa (PSD)**, referindo que a proposta apresentada pela deputada da CDU vem ao encontro do que considera sensato e do que o PSD defende, em termos de comemoração do 25 de Abril, pelo que felicitou a deputada da CDU por apresentar esta proposta, que tem o apoio do PSD.----------

---

Foi de seguida dada a palavra ao senhor **deputado Carlos Costa (PS)**, que referiu que o programa apresentado pelo município confere dignidade às comemorações de uma data importante, sendo um contributo para o que Abril representa e para os valores que o 25 de Abril nos ensinou; felicitando o executivo por contribuir para que essa memória não se esvaia.----------

---

Após o que interveio o senhor **deputado Carlos Martins (BE)**, que referiu desconhecer o programa das Comemorações do 25 de Abril em Loulé; que sabia que havia uma comissão que a Câmara tinha indigitado, desconhecendo que os partidos não podiam estar presentes nessa comissão; acrescentando que a proposta avançada pela deputada da CDU tem bom senso e é determinante para os consensos que se devem gerar em torno destas

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

comemorações.----------

De seguida foi dada a palavra ao senhor **deputado Hermes Alberto (PS)**, que se congratulou pela celeridade com que este executivo deliberou a atribuição do nome do cónego Clementino de Brito Pinto a uma das escolas de Almancil, algo que o executivo anterior em 2 anos não tinha conseguido.--
---
Tendo intervindo de seguida a senhora **deputada Helena Baptista (PS)**, que informou que tem estado presente nas reuniões da Comissão organizadora das comemorações do 25 de Abril; tendo-se "autoconvidado" como voluntária, e tem comparecido às reuniões da Comissão, que está aberta às pessoas que queiram colaborar. A Comissão é aberta e abrangente, estando várias associações lá estão representadas.----------
---
Voltando a usar da palavra a senhora **deputada Carla Gomes (CDU)**, esclareceu que a sua proposta visa essencialmente a realização duma reunião com a Comissão organizadora das comemorações, no sentido de se debater e sugerir alguns eventos a ter lugar no âmbito das referidas comemorações dos 40 anos do 25 de Abril; não sendo propósito da proposta a integração em permanência na referida Comissão organizadora.----------
---
Não havendo mais intervenções sobre esta matéria, foi colocada a votação a proposta apresentada pela deputada da CDU, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**.----------
---
De seguida usou da palavra o senhor **deputado Vítor Cristiano (PS)**, para em nome da comissão de revisão do regimento da Assembleia, propor que seja prorrogado o prazo para a conclusão dos trabalhos dessa comissão até à próxima Assembleia Municipal Ordinária.----------
---
Após o que usou da palavra o senhor **deputado Gilberto de Sousa (PSD)**, para questionar o executivo municipal sobre o ponto da situação do IKEA, e em que fase se encontra; e ainda sobre o ponto de situação do Plano de Desenvolvimento Social.----------
---
Tendo sido dada a palavra ao senhor **deputado Carlos Martins (BE)**, que

questionou o executivo sobre as áreas comerciais em vias de se instalarem no concelho de Loulé; sugerindo que tivesse lugar na Assembleia Municipal uma discussão alargada sobre a instalação das áreas comerciais e as suas implicações para o desenvolvimento do concelho de Loulé, e qual o actual ponto de situação.----------

De seguida foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara**, para responder às questões colocadas, ao que esclareceu que relativamente ao IKEA, a reserva do Partido Socialista foi sempre fundamentalmente contra a localização do mesmo; sendo que o processo continua a correr os seus trâmites normais, tendo sido tornada pública uma decisão dos promotores em adiar para 2015 a abertura da loja.----------
Sobre a matéria relativa às grandes superfícies comerciais, referiu ter-se proposto em campanha eleitoral rever a política de licenciamento de grandes áreas comerciais no concelho de Loulé. E que no dia 7 de Março, o Reitor da Universidade do Algarve, visitará o concelho de Loulé para a celebração de um protocolo com a universidade para o estudo de várias matérias; sendo uma delas o impacto da abertura das grandes áreas comerciais na economia local. Mais referiu que tem consciência que neste momento a abertura de mais superfícies comerciais é danosa para o interesse da nossa economia local.----------

Seguidamente tomou a palavra o senhor **deputado Gilberto de Sousa (PSD)**, para referir que uma vez que a aprovação de um qualquer projecto como PIN requer parecer da respectiva Câmara Municipal, espera que o executivo camarário se oponha veementemente à qualificação de projectos para a instalação de grandes superfícies com projectos PIN, uma vez que esses projectos não necessitam dessa qualificação PIN para serem aprovados, a qualificação como PIN, para este tipo de projectos só lhes interessa para os isentar do pagamento de taxas e impostos, e por isso está manifestamente contra essa situação.----------

Prosseguiram os trabalhos com a intervenção do senhor **deputado Calçada Correia (PS)**, que realçou a necessidade de haver um debate sério, profundo sobre a questão da estratégia a seguir para a instalação de novas grandes superfícies no concelho de Loulé.----------

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

Tendo sido dada a palavra ao senhor **deputado Vítor Cristiano (PS)**, o mesmo referiu que relativamente à afirmação proferida de que o Partido Socialista estava contra a instalação do IKEA, tinha que ser reposta a verdade e dizer que o PS está sempre aberto a todo e qualquer investimento que seja feito no concelho, mas como em qualquer investimento há regras que têm que ser cumpridas a bem do concelho e dos munícipes; sendo que a bancada do PS tem toda a confiança que o actual executivo saberá certamente tomar as melhores decisões em prol do seu concelho.----
---

Em resposta às declarações proferidas pelo deputado Vítor Cristiano, o senhor **deputado Gilberto de Sousa (PSD)**, tomou a palavra para afirmar-se surpreendido com a mudança de visão sobre este investimento pela parte do Partido Socialista, lamentando que em tão pouco tempo já tenham mudado tanto; reafirmando que a bancada do PSD sempre apoiou qualquer iniciativa que fosse no sentido do desenvolvimento do concelho.----------
---

De seguida tomou a palavra o senhor **deputado Carlos Martins (BE)**, para relembrar que tinha solicitado ao executivo que lhe fossem disponibilizados os orçamentos e planos de actividades para 2014 das empresas municipais, bem como informação sobre a composição dos novos Conselhos de Administração e a lista dos trabalhadores à data da tomada de posse deste executivo, e a lista de trabalhadores actual; e que ainda não tinha havido resposta à referida solicitação.----------
Continuando a sua intervenção, questionou o executivo sobre a política que a Câmara tem tentado implementar para a composição do seu organograma, se já está completamente preenchido e quantos dirigentes foram recrutados do exterior e qual o custo que isso acarretará para a Câmara Municipal.-----
Tendo prosseguido interpelando o executivo sobre a questão do aeródromo onde o município já investiu mais de 700 mil euros, questionando o porquê da Lusotur estar associada a este projecto e requerendo à Câmara, através da mesa da Assembleia Municipal, que seja disponibilizada à Assembleia informação relativamente a estas despesas, como é que este dinheiro entrou no município e quem é que recebeu este dinheiro.----------
Interpelou ainda o executivo sobre as obras na estrada para Faro e qual a respectiva calendarização; congratulando-se com o desfecho da obra na

estrada da Alfarrobeira para o Esteval.----------

Interveio de seguida o senhor **deputado Ricardo Lampreia (PSD)**, sobre a situação accionista da Câmara Municipal de Loulé nas Infras, concordando com a posição do senhor deputado Calçada Correia de que deveria existir uma sessão desta assembleia só para debater este tema.----------
Continuando a sua intervenção deixou ao executivo a sugestão, relativamente ao Plano de Desenvolvimento Social, de que incluísse uma eventual baixa do IMI, em virtude de se verificar que muitas famílias estão com bastantes dificuldades para fazer face a esta despesa.----------
---
Foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para responder às questões colocadas pelos senhores deputados, tendo o mesmo dito que iria responder ele próprio a uma parte das questões levantadas, sendo que a outra parte seria respondida pelo senhor Vice-presidente e vereadores dos pelouros.----------
E relativamente à questão colocada relativamente à obra da estrada para Faro afirmou que todos os futuros projectos na Câmara Municipal de Loulé serão analisados e revistos com grande pormenor para que não aconteça, com está a acontecer, o fazer e depois em seguida partir, tem que haver cuidado e critério com o gastar dos dinheiros públicos.----------
E que a demora da obra, se deve às situações de necessidade de expropriação dos terrenos do lado esquerdo, como quem sai da Alfarrobeira e vai para Faro; só quando estes processos estiverem concluídos e a posse dos terrenos seja da Câmara Municipal é que será possível concluir definitivamente a obra; afirmando ainda que por vontade do executivo aquela obra já estaria concluída.----------
Passando à questão colocada relativamente ao aeródromo, referiu ter o mesmo feito parte das contrapartidas da aprovação do Plano Vilamoura XXI, onde havia uma série de investimentos que seriam feitos na área do concelho de Loulé e de Vilamoura, sendo um deles a construção e a instalação do aeródromo, havendo nesse âmbito uma verba de mais de 1 milhão de euros para a construção daquele aeródromo, transferido para a Câmara Municipal, que foi investido nos pareceres, planos, projectos para executar aquela infraestrutura. E na ausência de parecer (positivo) do município de Albufeira relativamente à localização do aeródromo em

terrenos limítrofes à freguesia de Paderne, o desenvolvimento do projecto foi inviabilizado; e arquivado junto das entidades licenciadoras; estando, neste momento, mais de 800 mil euros gastos em projectos e ali bloqueados, porque a Câmara de Albufeira tem que pronunciar favoravelmente ao desenvolvimento daquele projecto.----------
---

De seguida o senhor Presidente da Câmara passou a palavra ao senhor **Vice-presidente, Hugo Nunes**, para resposta às demais questões colocadas. Tomando a palavra, e ainda sobre o tema do aeródromo, o Senhor Vice-presidente, Hugo Nunes, esclareceu que a Lusort transferiu, por conta das contrapartidas do Plano de Urbanização Vilamoura XXI, cerca de 1 milhão e 200 mil euros para a autarquia e que esta já gastou em estudos, pareceres e projectos quase 800 mil euros.----------
Prosseguindo na sua resposta às questões colocadas ao executivo, esclareceu que das empresas municipais uma é unipessoal, a LouléGlobal, e as outras 3 (as infras) são empresas municipais nas quais o município tem 51% e os privados 49%; e que entra ainda no perímetro de consolidação das contas do município a Associação de Municípios Loulé-Faro que é a associação responsável pela gestão do Parque das Cidades; relembrando que tinha sido acordado em Assembleia Municipal que durante o mês de Março se iria realizar uma sessão informativa com as empresas municipais, onde estas fariam uma apresentação da empresa e da respectiva situação.--------
Quanto à questão levantada pelo senhor deputado Ricardo Lampreia, sobre o IMI, salientou que o compromisso eleitoral do PS foi diminuir a taxa de IMI em 5% até ao final do mandato com a consequente redução da colecta na sequência da renegociação das condições de adesão ao PAEL, sendo este o compromisso do PS, e do executivo para com os munícipes.----------
---

De seguida foi dada a palavra à **vereadora Ana Isabel Machado**, para responder às questões colocadas pelo senhor deputado Carlos Martins, no que respeita ao Quadro de Pessoal; esclarecendo que o Quadro de Pessoal não sofreu qualquer alteração a nível dos mapas de pessoal; e que em relação às chefias foram recrutadas exteriormente 7 pessoas para o cargo de dirigentes que vieram ocupar lugar em 7 unidades orgânicas, em regime de Comissão de Serviço, e que regressarão às suas unidades de origem, no final das respectivas comissões de serviço; relembrando que há pouco tempo a

Câmara tinha 38 dirigentes e neste momento tem 23, o que vai de encontro às políticas preconizadas no programa eleitoral.----------
---

Sobre esta questão o senhor **Presidente da Câmara Municipal**, matizou que o responsável pela Divisão Informática e Administração de sistemas "regressou" à Câmara, não se tratando efectivamente do recrutamento externo de 7 pessoas, mas de 6; sendo que se tratam de pessoas capazes e que representam uma mais valia para as mudanças que se pretendem implementar; não faria sentido o PS chegar à Câmara e ser "obrigado" a governar o município com as chefias do PSD. Estas mudanças estão legitimadas pela vitória nas eleições por parte do PS, a quem os munícipes confiaram a gestão do concelho de Loulé, no sentido da mudança; referindo ainda que tem noção de que a mudança incomoda muita gente, mas não era exigível ao actual executivo trabalhar para o futuro com as chefias antigas.-
---

De seguida pediu a palavra o senhor **deputado Ricardo Lampreia (PSD)**, para afirmar que concorda que quem é eleito tem que trabalhar com pessoas da sua alta confiança, o que contesta é o terem recrutado exteriormente, quando internamente havia pessoas bem capazes de desempenhar as funções na sua plenitude com qualidade.----------
---

Interveio seguidamente o senhor **deputado Analídio Ponte (PSD)**, para questionar o executivo sobre o custo efectivo suplementar que as novas chefias em comissão de serviço na Câmara Municipal comportariam para a autarquia.----------
---

Em resposta à questão colocada, tomou a palavra o senhor **Vice-presidente, Hugo Nunes**, no sentido de esclarecer que não são verdadeiros os valores de 4 milhões de euros que tem sido lançados pelo PSD para a praça pública; para isso era necessário que os 7 dirigentes recrutados viessem ganhar para a Câmara um grande ordenado… A Câmara Municipal de Loulé gasta com salários cerca de 25 milhões por ano, com os encargos todos, o que faz com que os 4 milhões de euros que falam representassem 1/6 do custo anual com todo o pessoal ! Pelo que os números lançados pelo PSD não são, claramente, certos ou verosímeis.----------
---

Interveio de seguida o senhor **deputado Ricardo Lampreia (PSD)**, no sentido de afirmar não compreender a posição da Câmara em algumas situações, uma vez que o executivo nalguns casos diz ter muito dinheiro e noutras situações apenas uns trocados.----------
---

Em resposta o **senhor Vice-presidente, Hugo Nunes**, esclareceu que relativamente às decisões de transferência de verbas da Câmara para as freguesias, estas poderão receber mais de 350 mil euros em 2014; e que desde 2006 as freguesias têm recebido consecutivamente menos dinheiro, mas só a partir de 2013, é que os senhores deputados do PSD repararam nisso.----------
---

Interveio de seguida o senhor **vereador João Martins**, para acrescentar ser uma preocupação do executivo a questão do social que é uma situação muito séria no nosso concelho, sendo a freguesia de Quarteira uma das mais preocupantes. Informou que tinha sido hoje aprovado a criação do Grupo de Apoio ao Idoso Isolado, em colaboração com as autoridades.----------
---

Encerrado este ponto, tiveram os trabalhos continuidade com a passagem para o ponto seguinte, a saber:----------
---

5-Moções;----------

Ao que o senhor **Presidente da Assembleia**, deu conta de 2 **Moções** entregues à Mesa pela senhora **deputada Carla Gomes (CDU)** uma relacionada com a empresa geral de fomento e outra relativa à transferência das funções da autoridade portuária. ----------
---

Passando-se de imediato à leitura das 2 Moções, ----------

----------*Moção*----------

----------Não à privatização da Empresa Geral de Fomento--------

No passado dia 30 de Janeiro, o Conselho de Ministros aprovou a privatização da Empresa Geral de Fomento, EGF, empresa para valorização e tratamento dos resíduos sólidos, que é detida em 100% pelo Estado, através de 51% pela ADP, Águas de Portugal SGPS, SA, e de 49% pelas autarquias locais.----------

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

No Algarve, o tratamento de resíduos sólidos é feito pela Algar, SA, empresa constituída por 56% da EGF e 44% das 16 autarquias algarvias.----
Estas empresas públicas constituem um sector estratégico nacional, económica e financeiramente lucrativo, e por isso devem permanecer sob o controle administração pública.----------
Com esta privatização, as autarquias locais perderão ainda mais capacidade de intervenção e decisão num sector que lhes diz directamente respeito, por ser fundamental no desenvolvimento equilibrado dos Municípios e essencial à preservação e conservação do meio ambiente, à coesão social e económica, à saúde pública e qualidade de vida das populações.----------
Por seu lado, os cidadãos perderão capacidade de controlo democrático sobre matéria tão significativa para a sua qualidade de vida, uma vez que não podem votar nas administrações das empresas privadas, enquanto têm este direito na escolha dos membros das autarquias locais.----------
Além disso, a privatização representará, como está a acontecer em situações similares no País, o aumento dos custos para a população, diminuição da qualidade do serviço, e põe em causa os postos de trabalho e os direitos dos trabalhadores.----------
Face ao exposto a eleita da CDU propõe, que a Assembleia Municipal de Loulé, reunida em 21 de Fevereiro de 2014 delibere:----------

1- *Manifestar o firme protesto e oposição à decisão do governo de privatizar a Empresa Geral de Fomento.----------*
2- *Exigir a revogação da decisão do Conselho de Ministros que aprovou a privatização da Empresa Geral de Fomento, EGF.----------*
3- *Enviar esta proposta aos municípios do Algarve, solicitando solidariedade com a posição assumida pela Assembleia Municipal de Loulé.----------*
4- *Dar conhecimento desta proposta ao Presidente da República, à Assembleia da República, ao Governo, à AMAL e aos órgãos de comunicação social.----------*

Loulé, 21 Fevereiro de 2014----------
A eleita da CDU ----------
Carla Gomes"----------
---

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

----------"Moção----------

--------Transferência de Funções da autoridade portuária----------

Considerando que:----------

1- *O novo Decreto-lei 16/2014, publicado no passado dia 3 de Fevereiro, à revelia dos interesses da economia do Algarve e do país transfere a jurisdição do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, IP, nos portos de pesca e nas marinas de recreio para a DOCAPESCA S.A., transformando esta na nova autoridade portuária.----------*
2- *Quando se exigia a concretização de uma Administração dos Portos do Algarve única, com uma gestão pública e integrada numa estratégia nacional de desenvolvimento da actividade marítimo-portuária, o governo procede a um espartilhamento das valências comercial, de pesca e de recreio, sem paralelo em nenhuma outra Administração Portuária do Continente e Ilhas, transferindo os portos comerciais de Portimão e Faro para a Administração Portuária de Sines e os restantes portos, entre eles Quarteira e Vilamoura, para a DOCAPESCA, ficando esta a exercer as funções de autoridade portuária entre a Baleeira e a foz do Guadiana até Mértola.----------*
3- *Trata-se de uma decisão contrária aos interesses do Algarve e das populações, da actividade económica, do sector marítimo-portuário e do seu aparelho produtivo, designadamente das pescas. Uma decisão que, não só não tem em conta a falta de meios da DOCAPESCA para assegurar as funções de autoridade portuária, como tenderá a provocar descoordenação, conflitos de interesses, abandono e desaproveitamento de recursos e potencialidades que uma administração única, com os meios e as políticas adequadas, potenciaria. Os casos das zonas portuária de Faro e Portimão, que passarão a ter duas autoridades portuárias, são um exemplo do desastre que esta decisão deixa antever.----------*
4- *Numa Região com a mais alta taxa de desemprego do país, coloca-se ainda a situação dos cerca de 60 trabalhadores efectivos dos portos do Algarve, que até ao momento estavam ligados ao ex-IPTM e que, à luz desta decisão e do enquadramento legal que está a ser imposto aos trabalhadores da administração pública, estão neste momento sob a ameaça do chamado quadro de mobilidade e do desemprego.---------*

5- Por se tratar de mais uma medida a juntar a outras que estão a estrangular o desenvolvimento económico do Algarve no seu todo, atingindo todos os municípios directa ou indirectamente, a Assembleia Municipal de Loulé, reunida a 21/02/2014 delibera recomendar ao executivo camarário que:----------

- Por iniciativa própria e em conjunto com as restantes câmaras do Algarve e envolvendo a AMAL onde tem assento, iniciar todos os esforços para que esta medida do governo, tomada contrariamente aos interesses do Algarve em particular e do País em geral, não se venha a concretizar, exigindo a sua revogação e em sua substituição, se estabeleça a criação da administração dos portos do Algarve, a única medida que serve o Algarve e o País.----------

Loulé, 21 de Fevereiro de 2014 ----------

A eleita da CDU ----------

Carla Gomes " ----------

No final da leitura das moções, pediu a palavra o senhor **deputado Gilberto de Sousa (PSD),** para considera que as 2 Moções são passíveis de passar para a discussão numa próxima Assembleia Municipal, porque se tratam de 2 matérias importantes para os municípios do Algarve; pelo que reiterando as felicitações à proponente das Moções, pela acuidade das mesmas e sugeriu que o debate e votação das referidas moções tivesse lugar na próxima Assembleia Municipal.----------

---

Interveio de seguida o senhor **deputado Calçada Correia (PS)**, para referir que se revê nestas 2 Moções, nomeadamente na relativa à Empresa Geral de Fomento, não existindo na região nenhum serviço descentralizado, nem nenhuma autonomia nos serviços descentralizados, afirmou nunca ter conhecido um momento em que a região tenha tão poucos poderes; pelo que, prezando a sua condição de regionalista e algarvio, se revê no conteúdo fundamental das Moções, por defenderem a sua região, o Algarve.----------

---

Tendo sido tecidas pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal algumas considerações sobre a proposta do Deputado Gilberto de Sousa de proceder à discussão e votação das moções apresentadas na próxima

sessão da Assembleia Municipal, atendendo ao enquadramento regimental das moções de actualidade e urgência, interveio o senhor **deputado Gilberto de Sousa (PSD)**, para sugerir que concretamente à Moção da Empresa Geral de Fomento, a AMAL se pronunciasse em uníssono relativamente a esta matéria, porque tem mais peso uma pronúncia da AMAL do que uma deliberação da Assembleia Municipal de Loulé, numa reivindicação que é dos algarvios; reforçando que gostaria de ter mais tempo para se debruçar sobre estas propostas, com mais elementos de que não dispõe neste momento.----------
---

Em resposta à intervenção do deputado Gilberto de Sousa, a senhora **deputada Carla Gomes (CDU)** afirmou que as moções apresentadas versam matérias de Actualidade e urgência, tendo já sido publicada a lei de transferência de competências da autoridade portuária; sugerindo que as moções sejam discutidas e votadas hoje e que o que o deputado Gilberto de Sousa poderia apresentar uma moção complementar posteriormente.----------
---

De seguida tomou a palavra o senhor **deputado Calçada Correia (PS)**, para afirmar que considera oportuno que a votação tenha lugar hoje; uma vez que 2 ou 3 meses fazem com que a oportunidade e pertinência de uma tomada de posição; declarando que tem de haver consciência e decidir em função da oportunidade e do timing para cada situação, sendo que não tem dúvidas de que a Assembleia Intermunicipal também se irá pronunciar sobre esta matéria, tornando pública a sua posição institucional.----------
---

Interveio, de seguida, o senhor **deputado Carlos Martins (BE)**, para declarar ser da opinião que todas as Moções são de Actualidade e Urgência, dependendo da noção de urgente. Sendo que pensa ser esta a altura certa para a Assembleia se pronunciar sobre os documentos que estão em causa, uma vez que os assuntos focados são de extrema importância para o Algarve. ----------
---

Perante o que, e não havendo mais intervenções sobre a matéria, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação a **Moção**

relativa à "**Não à privatização da Empresa Geral de Fomento"**, tendo a mesma sido foi **aprovada por maioria,** com 20 votos a favor e 15 abstenções.----------
---

Tendo de seguida colocado à votação a **Moção** relativa à **"Transferência de Funções da Autoridade Portuária"**, tendo a mesma sido **aprovada por maioria,** com 20 votos a favor e 15 abstenções.----------
---

Dando continuidade aos trabalhos entrou-se no Período da Ordem do Dia.----------
---

6)- Período da Ordem do Dia:----------
---

a) Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da actividade municipal e da situação financeira do município, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro;----------
---

Tendo sido dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara Municipal**, que se colocou ao dispor dos senhores deputados para algum esclarecimento adicional sobre o documento apresentado.----------
---

Pediu a palavra o senhor **deputado Ricardo Lampreia (PSD)**, para referir que no que respeita à descrição da situação financeira da Câmara Municipal, o executivo poderia, em determinadas rubricas, desagregar um pouco mais a informação: nas receitas, nos impostos directos poderiam desagregar os impostos, para se obter uma informação mais detalhada e para que futuramente possa ser feita uma análise comparativa em termos homólogos.----------
---

Interveio de seguida o senhor **deputado Carlos Martins (BE)**, sobre a relevância dada na informação apresentada à actividade municipal propriamente dita; e para realçar o saldo negativo no exercício deste mês; questionando ainda o executivo relativamente ao pedido de empréstimo dos 4 milhões, viabilizado pela Assembleia, se foi ou não já

utilizado, uma vez que não figura nas receitas.----------

Para resposta às questões colocadas, foi dada a palavra ao senhor **Vice-presidente, Hugo Nunes**, que explicou que na forma como foi apresentada neste documento a situação financeira do município, é patente o compromisso de mudança deste executivo, bem visível ao nível da explicitação da receita e da despesa; sendo que o executivo considera ser sua obrigação a transparência no que respeita à apresentação das contas da gestão dos dinheiros públicos.----------
Prosseguindo alertou para o facto de os números apresentados deverem ser considerados como provisórios, podendo vir a verificar-se pequenas variações/correcções no mês seguinte, uma vez que dizem respeito à execução do mês de Janeiro, com os dados fechados da primeira semana de Fevereiro.----------
Relativamente à questão da utilização do empréstimo, garantiu que o mesmo não será utilizado no 1º semestre deste ano; e só será utilizado quando tal for indispensável e na exacta mediada em que o seja.----------
---
De seguida interveio o senhor **deputado Calçada Correia (PS)**, para salientar alguns aspectos que considerou relevantes nos números apresentados, nomeadamente em termos de despesa e peso da despesa de capital. ----------
---
Pediu a palavra o senhor **Vereador Pedro Oliveira**, em resposta às questões levantadas pelo senhor deputado Carlos Martins do BE, para esclarecer sobre as enormes dificuldades que o executivo encontrou nestes 4 meses de governação, que têm a ver com o que aconteceu no país e na região de há 3 anos a esta parte, desde obras abandonadas pelos empreiteiros, situação de empresas em falência; mas a nível de obras pode referir: a requalificação da EN 125 em Almancil, obra abandonada pela empresa que a estava a executar, tendo sido um processo difícil a entrega a uma nova empresa que permitisse que essa obra tivesse um novo arranque; a obra de prolongamento da Avenida Sá Carneiro à Fonte Santa, em Quarteira; a nova avenida projectada que irá ligar a parte norte, nordeste de Quarteira a Vilamoura; em Boliqueime há que resolver a obra do abastecimento de água e saneamento a toda

aquela zona de Benfarras, parte de Vale Judeu e uma parte junto da 125 chamada Arrochela; outra obra que ainda não está resolvida na totalidade é o abastecimento de água à Cruz da Assumada e Corgos de Santa Luzia, que foi deixada a meio pelo empreiteiro, sem ter deixado os planos da obra, tendo sido os técnicos da Câmara Municipal que agora pegaram na obra.----------
---

Encerrando a discussão sobre este ponto, o senhor **Presidente da Assembleia** sugeriu que atendendo à tipologia das questões levantadas pelos senhores deputados, o executivo pudesse incluir numa próxima apresentação da Actividade da Câmara, um relatório onde constassem estes pontos que o executivo considerasse importantes, e que revestem um carácter mais técnico e de pormenor.----------
---

Passando-se ao seguinte ponto do Período da Ordem do Dia:----------
---

b)- Proposta 01/2014- Apreciação da Informação de Monitorização e Acompanhamento do PAEL – Ano 2013;----------
---

Tendo sido dada a palavra ao senhor **Vice-presidente, Hugo Nunes**, para fazer a introdução do assunto, ao que o mesmo referiu que este acompanhamento e relatório são uma obrigação legal de carácter trimestral, decorrente da entrada no programa financeiro PAEL.---------
Referindo que o PAEL previa uma execução orçamental para 2013 de 124 milhões de euros, tendo sido executados 112 milhões e 645 mil euros; e que em relação às medidas previstas no PAEL, verificou-se uma alteração relativamente ao relatório do 3º trimestre, no sentido do cumprimento de uma medida e o incumprimento de outra, nenhuma delas da responsabilidade do actual executivo.----------
---

Pediu a palavra o senhor **deputado Carlos Martins (BE)**, para solicitar esclarecimentos sobre quais os motivos que levaram, no capítulo das receitas correntes previstas no PAEL, a um aumento de 10 milhões de euros: estava prevista uma determinada verba 75,5 milhões de euros tendo-se arrecadado provisoriamente 85 milhões de euros. Houve no

sentido inverso uma poupança de cerca de 10 milhões de euros nas despesas correntes.----------
Questionou ainda o executivo sobre qual o ponto de situação da elaboração do dossier para pedir a renegociação do PAEL, aprovada em Dezembro por unanimidade por esta Assembleia.----------
---
Relativamente à questão colocada, o senhor **Vice-presidente, Hugo Nunes**, esclareceu que foi entendimento unanime desta Assembleia, propor ao executivo que preparasse um dossier de proposta de Revisão do PAEL (que deveria ser apresentado junto do governo para negociação), uma vez que o documento em questão apresentava muitos erros, desde a concepção das medidas, ao preenchimento dos quadros que as acompanhavam (com projecções irrealistas), para além do período para o liquidar ser bastante curto; sendo que a preparação do dossier para a revisão do PAEL está em curso, mas ainda não está concluída.------
---
De seguida interveio o senhor **deputado Gilberto de Sousa (PSD)**, para manifestar o seu agrado por ter havido um aumento dos 10 milhões nas receitas, que já se previa que a Câmara iria receber, e que os senhores deputados do PS sempre negaram que pudesse acontecer.----------
---
Em resposta, interveio o senhor **deputado Vitor Cristiano (PS)**, lamentando o facto do deputado Gilberto de Sousa se congratular com os 10 milhões, quando o passivo do Município são 80 milhões, numa Câmara que em 12 anos, teve mais de mil milhões de orçamento, que teve orçamentos que rondavam 200 milhões, e que agora tem um orçamento inferior a 100 milhões, menos de metade do que era inicialmente e esta Câmara foi deixada pelo PSD numa asfixia financeira.----------
---
De seguida o senhor **deputado Gilberto de Sousa (PSD)**, esclareceu que referiu a questão dos 10 milhões, apenas porque o PS sempre negou que os iria receber.----------
---
Pediu a palavra o senhor **deputado Carlos Martins (BE)**, para referir que atendendo às explicações que foram dadas pelo senhor vereador Hugo Nunes, em relação à não utilização do empréstimo de curto prazo no

valor de 4 milhões que foi pedido e atendendo à evolução dos números considerados no PAEL, está convencido que a Câmara Municipal de Loulé, não terá justificação nenhuma para pedir a renegociação do PAEL, junto do governo, com os dados constantes no relatório.----------
---

Perante o que foi explicado pelo senhor **Vice-presidente, Hugo Nunes**, que a receita total ficou 10% abaixo do previsto no PAEL, sendo a despesa efectiva do ano de 94 milhões e 139 mil euros, embora estes números sejam provisórios, tendo o ano de 2013 sido fechado com resultado positivo, existindo a diferença entre a receita executada e a receita efectiva. Os 10 milhões e euros resultam de uma candidatura a fundos comunitários, negociada com o Presidente da Câmara e o Presidente da CCDR, aprovada no final de Outubro e que permitiu chegar ao fim do ano com esse encaixe de 10 milhões, e com um saldo positivo entre a receita efectiva e despesa efectiva do ano de 2 milhões e 385 mil euros. E realçou a necessidade de se realizarem investimentos ao nível dos edifícios, da informática e dos transportes. E que os resultados da execução orçamental de 2013 só se explicam com a acentuada travagem do lado da despesa e o aumento da receita.----------
---

De seguida interveio o senhor **deputado Calçada Correia (PS),** para esclarecer que a situação dos 10 milhões de euros é uma situação conjuntural relacionada com o IMT.----------
---

Prosseguindo os trabalhos entrou na discussão do seguinte ponto da ordem do dia.----------
---

c)- Proposta 02/2014- Deliberação relativa à Proposta de Autorização da Prorrogação do Prazo para a Finalização do Procedimento Concursal n.º 1/2013;----------
---

Tendo sido concedida a palavra à senhora **vereadora Ana Machado**, para explicar a proposta apresentada pelo executivo, a mesma esclareceu que se tratava de um pedido de autorização para a prorrogação e conclusão de um concurso que foi autorizado a 21/12/12, e que foi aberto em 02/07/13, para um posto de trabalho na categoria de Assistente

Técnico; e estando expirado o prazo de 6 meses para a homologação da classificação final do concurso, é solicitada a esta Assembleia autorização para a conclusão do procedimento e a consequente prorrogação do referido prazo.----------

Não havendo intervenções sobre esta proposta, foi a mesma colocada à votação, sendo **aprovada por maioria** com 34 votos a favor e 1 abstenção da deputada da CDU.----------

Passando-se sem mais formalismos à discussão do seguinte ponto da ordem do dia,----------

d)- Proposta 03/2014- Nomeação de 20 cidadãos para o Conselho Municipal de Segurança, nos termos da Lei n.º33/98 de 18 de Julho, conforme solicitação da Câmara Municipal de Loulé dirigida a esta Assembleia Municipal.----------

Tendo sido anunciado pelo senhor Presidente da Assembleia que tinha dado entrada na mesa uma única lista de 20 cidadãos para integrar o Conselho Municipal de Segurança, elaborada e subscrita em conjunto pelas 4 bancadas partidárias com representação nesta Assembleia Municipal; mais esclarecendo que a nomeação será efectuada através de voto secreto. Tendo de seguida procedido à leitura dos nomes dos 20 cidadãos que integram a referida lista:----------

- Carla Gomes;----------
- João Serafim;----------
- Gilberto de Sousa;----------
- Manuel Semião;----------
- Ricardo Lampreia;----------
- Felizardo Pinto;----------
- Horácio da Piedade;----------
- José Faisca;----------
- Carlos Costa;----------
- Vitor Ferreira;----------
- Maria Helena Baptista;----------
- João Justo;----------

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

- Rui Lourenço;----------
- Hermes Alberto;----------
- Sérgio Monteiro;----------
- Manuel Viegas;----------
- Neto Gomes;----------
- Sónia Neves;----------
- João Santos Simões;----------
- Carlos Martins.----------

Não se registando intervenções sobre esta matéria, passou-se de imediato à respectiva votação, realizada por voto secreto depositado em urna.----------
Após escrutínio da votação, foram apurados os seguintes resultados:--------
Votos entrados em urna: 35 votos----------
Votos Sim: 33----------
Votos Não: 1----------
Votos Brancos: 1----------
Tendo sido **aprovada por maioria** a lista de cidadãos para integrar o Conselho Municipal de Segurança, nos termos da Lei n.º33/98 de 18 de Julho.----------

---

De seguida foi pedida a palavra pelo senhor **deputado Gilberto de Sousa (PSD)**, para reiterar que considera da máxima importância incluir no Conselho Municipal de Segurança a Escola, com um representante da área da segurança do agrupamento de escolas, uma vez que a insegurança cada vez mais começa nas escolas, sendo a delinquência juvenil cada vez é mais preocupante.----------

---

Pelo que não se registando mais intervenções e nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia, deu por encerrada a sessão da qual foi lavrada a presente ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.----------

---

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA_____
A 1ª SECRETÁRIA_____
A 2ª SECRETÁRIA_____